



**Em busca da integração latino-americana:
reflexão sobre rural, urbano, litoral, sertão,
modo de vida e populações tradicionais**

Júlio César Suzuki



resumo

A leitura da complexidade que envolve o rural e o urbano permite avançar na compreensão da diversidade e da unidade presentes na América Latina. Assim, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, procura-se analisar dilemas conceituais e interpretativos relativos ao rural e ao urbano na América Latina, relacionando a dialética que envolve as categorias de litoral e sertão, particularmente em relação às populações tradicionais, com foco principalmente na realidade brasileira.

Palavras-chave: América Latina; rural; urbano; litoral; sertão; populações tradicionais.

abstract

Reading the complexity that surrounds the rural and the urban makes it possible to advance in understanding the diversity and unity present in Latin America. Thus, from an interdisciplinary perspective, an attempt is made to analyze conceptual and interpretative dilemmas related to the rural and the urban in Latin America, relating the dialectic that involves the categories of coast and hinterland, particularly in relation to traditional populations, focusing mainly on the Brazilian reality.

Keywords: Latin America; rural; urban; coast; hinterland; traditional populations.

P

ensar a integração da América Latina requer, antes de tudo, reconhecer a sua diversidade histórica, cultural, política, econômica e ambiental. Mas também sua unidade em termos de formação no jogo de hierarquias globais, sempre na condição de subalternização, o que

se expressa em características que aproximam os países que formam a região.

No contexto da imensa diversidade constitutiva da América Latina, há ainda maior complexidade se inserirmos as dimensões do rural e do urbano, além da situação espacial se no interior ou no sertão, bem como a relação entre o tradicional e o moderno que permite condições específicas para populações que lutam por manter suas condições históricas e culturais, como as das tradicionais.

A partir de uma perspectiva interdisciplinar, com forte presença da geografia,

procuramos analisar dilemas conceituais e interpretativos relativos ao rural e ao urbano na América Latina, relacionando a dialética que envolve as categorias de litoral e sertão, particularmente em relação às populações tradicionais, com foco principalmente para a realidade brasileira.

ENTRE O RURAL E O URBANO: COMPLEXIDADES COMPREENSIVAS

Rural e urbano aportam possibilidades históricas e espaciais infinitas, não só em termos mundiais, mas também na América Latina.

A tradição de leitura destas duas formas espaciais, marcadas por dinâmicas, transformações e resíduos, dá importantes contribuições para a discussão de conflitos.

JÚLIO CÉSAR SUZUKI é professor associado do Departamento de Geografia da FFLCH/USP e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) da USP.

tos existentes entre o campo e a cidade e entre o litoral e o sertão.

Tradicionalmente, a geografia realizou, desde sua institucionalização, no final do século XIX, até o período posterior à Segunda Guerra Mundial, passando por autores, no caso francês especificamente, como Paul Vidal de La Blache, Jean Brunhes e Pierre Monbeig, um vínculo entre rural e campo; da mesma maneira que relacionava urbano a cidade (Capel, 2012).

Com o Plano Marshall, empreendido pelos Estados Unidos em apoio à reconstrução dos espaços destruídos nos países aliados, com a Segunda Guerra Mundial, houve uma onda de otimismo muito significativa que culminou com reflexões sobre o planejamento territorial, denominado, no caso francês, de *aménagement du territoire* (Claval, 1998).

Um ponto alto desta reflexão foi a publicação de *La géographie active*, de Pierre George, Raymond Guglielmo, Yves Lacoste e Bernard Kayser, em 1964 (George et al., 1980).

Assim, para além da descrição da paisagem, tão cara à geografia clássica que havia se estruturado com a institucionalização da geografia, tanto na França como na Alemanha, no final do século XIX, a geografia do pós-Segunda Guerra Mundial, sob forte influência da economia, com Labasse, François Perroux, Boudeville, dentre outros, começava a ampliar o debate sobre as interações espaciais e as atividades desenvolvidas nos lugares. Era o tempo de estruturação da Teoria de Polarização que fora tão cara aos pesquisadores brasileiros vinculados à Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), como Manuel Correia de

Andrade (1987), cujo livro *Espaço, polarização e desenvolvimento* foi um marco importante de difusão desta teoria no Brasil; mas que também teve seu significado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com a presença de François Perroux como professor.

Esta reflexão sobre as interações espaciais culminou com uma discussão fundamental sobre o significado do geógrafo em relação às dinâmicas espaciais, cujo ponto alto da produção brasileira sobre o tema foi *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*, de Milton Santos (1991), originalmente escrito em francês, em 1971.

Levantamentos mais minuciosos sobre as atividades econômicas permitiram então que, em 1963, Pierre George lançasse seu livro *Geografia rural* (Paniagua, 2006), em que aparece, pela primeira vez, a discussão sobre o campo com atividades urbanas e a cidade com atividades rurais.

Debates importantes, realizados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, principalmente pela Sociologia, nas décadas de 1950 e 1960, muito contribuíram para aprofundar as análises feitas sobre o rural, como foram as contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1966, 1973a, 1973b, 1978), sobre o mundo rural, o messianismo, o campesinato e a relação entre o campo e a cidade, além da seminal tese doutoral de Antonio Candido (1979), defendida em 1954, *Os parceiros do Rio Bonito*, ao discutir as transformações do universo caipira.

É o prenúncio de debates importantes que vão aquecer as inquietações, as publicações e as pesquisas, sobretudo, em geografia agrária e urbana no final do século XX, permitindo pensar, então,

sobre os conflitos entre o rural e o urbano no Brasil e a complexidade que envolve estas duas realidades espaciais.

Em 1994, uma pesquisa importante foi desenvolvida por Doralice Maia (1994), em seu mestrado em Geografia junto à Universidade Federal de Santa Catarina, discutindo o universo de clivagens entre o rural e o urbano no Brasil a partir do caso paraibano, com atividades rurais que se inseriam na sua capital, João Pessoa; foco ainda de sua tese doutoral, na Universidade de São Paulo, alguns anos depois, quando tratou de festividades e representações rurais nos espaços citadinos (Maia, 2000).

Júlio César Suzuki (1996) defendeu, em 1997, sua dissertação de mestrado tratando também dos dilemas interpretativos do rural e do urbano no Brasil, bem como das contradições existentes entre sujeitos do campo e da cidade e suas ações. Sua pesquisa seguiu pela análise da transição do rural ao urbano, em Rondonópolis, Mato Grosso, na passagem de povoado a cidade; processo marcado por rupturas e transformações, mas também por resíduos, tal qual apontara, para o caso francês, Henri Lefebvre em *De lo rural a lo urbano* (1978).

Outros pesquisadores foram muito significativos para pensar as complexidades da definição de rural e de urbano para o caso brasileiro, como é o caso de João Rua (2005, 2006), cujos artigos apontam para a existência de situações de hibridez que aportam os indivíduos no campo e na cidade em relação às marcas de ruralidade e de urbanidade.

Um outro debate que também apontou dificuldades interpretativas da definição de

rural e de urbano em sua relação com o campo e a cidade foi realizado por Júlio César Suzuki e Vincent Berdoulay, em discussão apresentada no encontro internacional da Geocrítica, ocorrido em Barcelona, em 2016, sobre agricultura urbana, tema que já havia sido discutido, por exemplo, pelos cubanos nos anos 1990, além de ter sido tema de pesquisa de algumas monografias orientadas por Júlio César Suzuki na Universidade de São Paulo desde meados da primeira década do século XXI. No texto base da apresentação em tela, publicado nos anais do evento referido, houve a possibilidade de aprofundar a conceitualização de agricultura urbana para além da atividade produtiva, em que pese ter sido esta perspectiva a mais comum entre os demais pesquisadores da geografia, cuja preocupação econômica tomava a tônica dos debates. Recuperou-se a sua dimensão de ampliação da biodiversidade, de construção artística e de produção de sociabilidades.

No entanto, foram as pesquisas de Gustavo Nagib (2016, 2020), em seu mestrado e doutorado, que aportaram o aprofundamento da discussão da agricultura urbana como enfrentamento político e de resistência, inicialmente com exemplos como a Praça das Corujas e a Praça do Ciclista e se ampliando para experiências mundiais, tanto norte-americanas como francesas.

Todas essas reflexões contemporâneas, realizadas no Brasil, são marcadas por forte valorização da dimensão cultural, mas não deixaram de aportar um diálogo importante com a matriz marxista da geografia, principalmente urbana, de análise da produção e reprodução do espaço, com significativo tributo a Henri Lefebvre; ainda que as categorias mar-

xistas de capital, terra e trabalho não sejam operacionalizadas nas discussões necessariamente.

É muito interessante que, se as pesquisas mencionadas tenham sido realizadas principalmente sob a influência da geografia urbana, foi nos eventos de geografia agrária, como o Encontro Nacional de Geografia Agrária e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária, que se tornou frequente a presença do eixo campo-cidade, traduzindo um esforço de valorização para compreensão das interações espaciais, da complexidade de definição da natureza das formas espaciais campo e cidade, mas também a dificuldade interpretativa de conceituação do rural e do urbano. Vale, também, lembrar a realização do Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil, cuja primeira edição, em 2006, ocorreu na Universidade de São Paulo, passando a sua versão internacional, em 2022, a se realizar na Universidad Nacional de Colombia, em Bogotá, articulando uma ampla rede latino-americana com a participação de intelectuais de vários países.

De uma certa maneira, para muitos geógrafos urbanos, o debate destes temas caros à relação rural-urbano e campo-cidade não se coloca como relevante, pois compreendem que a sociedade tende à generalização do urbano, numa forte influência do debate lefebvriano.

De qualquer modo, não há como negar a difícil discussão sobre o rural e o urbano num mundo em transformação acelerada, com ações políticas empresariais, construções de narrativas e produção de imagens que impactam os indivíduos a todo momento.

Se a geografia clássica tinha na atividade produtiva um elemento fundamental de definição do rural e do campo, particularmente os sistemas de cultivo e de criação, mas também a atividade de extração, como salientou José Alexandre Felizola Diniz (1984) em seu *Geografia da agricultura*, os debates realizados sob influência da discussão materialista, não necessariamente dialética, da geografia agrária sobre a tecnificação na agricultura, comumente denominada industrialização da agricultura, conduziram, em diálogo com José Graziano da Silva (1981, 1982), à compreensão de que a agricultura de exportação, altamente tecnificada e comercializada nas bolsas de valores de Chicago e de Nova York, é urbana. Seus procedimentos e mecanismos se estruturaram com base no tempo linear, o da reprodução ampliada do capital, tão fundante da definição do urbano; ainda que se esteja tendo como referência uma atividade mediada pelo tempo cíclico da natureza, cujas intempéries podem afetar radicalmente os resultados esperados, mas, em contrapartida, o desenvolvimento tecnológico tenta ajustar ao mínimo o risco, em geral, desprezando o custo ambiental, socialmente distribuído, resultante destas produções.

Os empreendedores do campo, ainda que em geral moradores das cidades, ou melhor, das metrópoles, às vezes no exterior, estão no núcleo duro de produção de narrativas defensoras das práticas depredadoras, em termos ambientais, resultantes da agricultura de exportação em larga escala, cujo padrão produtivo se inicia com a composição do pacote tecnológico da primeira metade do século XX que reuniu conhecimentos constituídos nos

séculos XVIII e XIX sobre produtividade agrícola, como o dos fertilizantes, corretores de solo e agrotóxicos (Mazoyer & Roudart, 2010; Jas, 2013).

As sociedades brasileira e latino-americana são inundadas diariamente pela narrativa da importância econômica que possui a agricultura de exportação, sem que sejam informadas da baixa tributação que sofrem seus produtos; tampouco do impacto ambiental que aportam: desmatamento, queimadas, assoreamento dos rios, perda de biodiversidade etc. Além do dano social e cultural que, em geral, é intrínseco à expansão da atividade agrícola de exportação, como o aumento da violência no campo, incremento da escravidão por dívida, crescimento da concentração fundiária, destruição de práticas culturais materiais e imateriais de comunidades oprimidas pela força do latifúndio etc. Estas são discussões há muito extremamente bem realizadas por pesquisadores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986, 1991, 2007, 2016, 2018) e Bernardo Mançano Fernandes (1996, 2000), cujas análises se centraram na ação dos latifundiários e na luta pela terra no Brasil.

Articulando a dimensão social e ambiental que a agricultura de exportação realiza, Antonio Thomaz Júnior (2010, 2012, 2014) analisa densamente o impacto desta agricultura tão dependente dos sistemas de irrigação, definindo-a como agro-hidronegócio, cuja área de expansão encontra-se sobretudo no polígono conformado pelo oeste de São Paulo, nordeste de Mato Grosso do Sul, sudeste de Mato Grosso e oeste de Minas Gerais.

Júlia Adão Bernardes (1998, 2003, 2004), na leitura entre o econômico, o

social e o cultural, realiza importantes análises sobre a expansão da agricultura de exportação sobre os territórios ocupados por antigos pequenos e médios agricultores, sendo que um dos casos mais importantes se dá no Mato Grosso, no Planalto dos Parecis, em que populações são expulsas pela força do dinheiro ou das armas.

Somente estas referências são suficientes para contradizer o *slogan* de que o agro é *pop*. Mas não é demais mencionar as reflexões sobre a escravidão por dívida, com denúncias em praticamente todos os estados brasileiros, conforme identificou José de Souza Martins (1997), bem como a mapearam Hervé Thery, Neli Aparecida de Mello, Júlio Takahiro Hato e Eduardo Paulon Girardi (2012), relacionando-a ao desmatamento e à expansão das carvoarias e da pecuária de corte.

As lógicas da agricultura de exportação, ainda que mediadas pelo tempo linear, relativas inicialmente ao urbano, não deixam de revelar a dialética entre o moderno e o arcaico tão definidora da sociedade brasileira, conforme reconheceu José de Souza Martins em várias de suas discussões, como *Capitalismo e tradicionalismo* (1975), *O cativo da terra* (1979) e *A sociabilidade do homem simples* (2000).

Outra dimensão muito importante dos impactos da agricultura de exportação em sua mediação com o urbano, não só na criação de um imaginário de importância e de necessidade para as populações citadinas, foi, principalmente entre os anos 1940 e 1980, sua expressão para alimentar e aumentar o fluxo migratório do campo para a cidade, constituindo a base para a expansão acelerada de muitas cidades, com redução das áreas rurais.

Esses movimentos e seus significados no campo e na cidade foram muito estudados pela geografia, sendo que um dos nomes dignos de nota é o de Rosa Ester Rossini (1971, 1975, 1988), não só em suas pesquisas de mestrado, de doutorado e de livre-docência, mas nos textos que publicou e nas orientações que conduziu.

São mudanças muito significativas, no universo rural, que podem ser sentidas inclusive na perda de valorização da música caipira em relação à sertaneja, revelando muito do esforço de construção de um imaginário com foco no indivíduo e nos dilemas pessoais que os sujeitos realizam em suas trajetórias. Não é mais a tristeza do Jeca, o sofrimento do trabalho árduo no campo ou a apologia à vida simples que tomam os contornos das letras, estruturadas anteriormente a partir das melodias criadas pela viola caipira. Agora, é a musicalidade da guitarra que está na base da estrutura melódica na música sertaneja. A expressão midiática do falecimento de Marília Mendonça, rainha da “sofrência”, é uma demonstração da força de um imaginário construído com base no indivíduo como foco das narrativas presentes na música sertaneja. Seria, no entanto, importante se perguntar de que rural esta música sertaneja trata, pois a resposta seria, em termos genéricos ao menos, a de perda total deste referencial, o do universo rural, o que permitiria afirmar que a música sertaneja deixou de ser rural para ser urbana.

No entanto, a discussão de Antonio Candido (1979) sobre o caipira e o mundo rural, apontando para o fim de um sujeito social – tão razoavelmente aceitável esta compreensão da situação paulista –, sua

área de estudo principal, em que o universo caipira efetivamente foi destruído no que o definia, como as relações vicinais e complementares, existentes a partir da centralidade do catolicismo rústico, da ajuda mútua, das trocas de saberes e de alimentos, no contexto do bairro rural; não deixa de ter significado para compreender o Brasil e a América Latina, pois o caipira, como figura social, não deixa de existir no litoral ou no sertão, em que formas específicas resistem, como a do caboclo e do ribeirinho na Amazônia, em modos de vida extremamente articulados com a floresta, mas, cada vez mais, também, com as empresas de medicamentos, de produtos de beleza e de perfumes, como a Natura, que adquirem sementes, raízes, folhas e seivas, oriundas da prática extrativa destas populações tradicionais. Novamente, o conflito rural/urbano se coloca com uma outra face e outra roupagem, tentando fortificar o *slogan* de que o agro é *pop*.

COMPLEXIDADES COMPLEMENTARES PARA O RURAL E O URBANO: ENTRE O LITORAL E O SERTÃO

Litoral e sertão apontam para duas realidades espaciais muito trabalhadas pela ciência e pela arte. Deocir Gomes dos Santos, por exemplo, nascido em Guaraqueçaba, São Paulo, em 1966, é um dos artífices da pintura do universo cultural tradicional litorâneo brasileiro¹. Léo Costa,

¹ Ver: <http://informativo-nossopixirum.blogspot.com/2018/11/deocir-gomes-dos-santos-artista.html>.

por sua vez, natural de Bom Jesus da Lapa, Bahia, é um pintor do mundo sertanejo².

Ainda para falar de uma outra representação artística com foco no litoral e no sertão, não se pode olvidar os nomes de Euclides da Cunha, com seu *Os sertões*, e de Jorge Amado, com *Capitães da areia* e *Jubiabá*, dentre tantas outras obras literárias.

As imagens tecidas por um discurso não verbal, presente nas pinturas de Deocir Gomes dos Santos e Léo Costa, contribuem para uma aproximação primeira com a vida de homens e mulheres na prática de suas existências, em que o trabalho e a sociabilidade tomam o centro da vida simples e marcada por forte relação com o ambiente.

Seguindo por caminhos próximos de reconstrução das existências dos indivíduos, as narrativas presentes na literatura de Euclides da Cunha e de Jorge Amado já nos revelam um pouco mais na tradução da violência e das subalternidades que permeiam as práticas sociais desses indivíduos, sertanejos, no caso de Euclides da Cunha, e meninos em situação de rua e trabalhadores do mar, nas duas produções mencionadas de Jorge Amado.

Dos exemplos apontados, somente as obras de Jorge Amado não se referem às populações tradicionais, ainda que se relacionem ao mundo de subalternidades, de opressão e de violência, tão presente naquelas populações, como se indicou em vários estudos, por exemplo, em *Caipiras negros no Vale do Ribeira*, de Renato da Silva Queiroz (2006), e em *Julgados da terra*, de Rosa Elizabeth Acevedo Marin (2004).

A geografia tentou, desde o final do século XIX, principalmente na França, dar conta das vidas dos homens e das suas marcas sobre o espaço, constituindo uma categoria importante para relacionar homem e meio, o gênero de vida (Claval, 1998, 2003, 2007; Besse, Blais & Surun, 2010; Capel, 2012; Haesbaert, Pereira & Ribeiro, 2012).

Os dois textos sobre gênero de vida, incluídos na coletânea organizada por Rogério Haesbaert, Sergio Nunes Pereira e Guilherme Ribeiro (2012), da lavra de Paul Vidal de La Blache, revelam procedimentos teóricos e relações com as quais se deveria preocupar para a análise da relação entre homem e meio; fundamentos importantes que apontam uma geografia clássica extremamente potente e marcada pela busca de compreensão do complexo geográfico.

No entanto, esta geografia foi insuficiente, conforme ponderara Antonio Carlos Robert Moraes (1990), para dar conta de mediações que estavam postas para um mundo que tendia a se urbanizar muito rapidamente, razão da insuficiência, inclusive, da categoria gênero de vida para responder à complexidade de possibilidades de vínculos para além da escolha das plantas cultiváveis, da propagação dos principais cereais, da plasticidade das espécies cultivadas, dos meios de alimentação, do sítio de estabelecimento, das formas de hábitat, da expansão da vida pastoril, das faunas de estepes, dos meios de transporte e das concorrências dos gêneros de vida (La Blache, 2012).

As contribuições de La Blache ainda são muito importantes para pensar a reprodução material dos sujeitos do campo, envoltos em relação mais densa com a

2 Ver: <https://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/41746>.

natureza, mas ainda falta a dimensão política, cultural e social que tanto acalenta a busca para a sua compreensão mais densa. Esta foi a busca de duas pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, nos mestrados de Marta Inês Medeiros Marques (1994) e Júlio César Suzuki (1996).

Na leitura de Marques (1994, pp. 3-4), voltada para a discussão do modo de vida camponês sertanejo, o modo de vida corresponde a “um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrente de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social”, correspondendo “à forma de um determinado grupo social manifestar sua vida”.

Para Júlio César Suzuki (1996, p. 179), preocupado com a transição de povoado a cidade em aglomeração de frente pioneira em relação ao movimento do rural ao urbano, o modo de vida “[...] se define pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem, em específico, o espaço [...]”.

Dois debates importantes que permitiram atualizar a discussão de Paul Vidal de La Blache, incluindo dimensões tão caras à compreensão contemporânea da geografia sobre a existência material e imaterial de populações tradicionais, conforme sintetizou Júlio César Suzuki (2013, p. 633):

“Assim, poderíamos redefinir modo de vida pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem o espaço, mediados pelo conjunto de suas práticas

cotidianas e por sua história, posição que ocupam na sociedade envolvente e forma específica que assegura a sua reprodução social, constituindo-se no modo pelo qual o grupo social manifesta sua vida”.

Os modos de vida das populações tradicionais se definem numa relação intrínseca entre a natureza e a sociedade, a partir de múltiplas determinações oriundas do ambiente local, inseridos em biomas diversos brasileiros, mas, também, das peculiaridades da cultura, construída historicamente, conforme fora defendido por Suzuki (2013) a partir dos diálogos interdisciplinares que realizou com os debates dos intelectuais da geografia, da sociologia e da antropologia, principalmente, mas sobretudo pelo conhecimento de campo em comunidades rurais do Brasil e do exterior.

A diversidade de modos de vida na relação com a natureza nos permite, então, discutir *litoral e sertão no modo de vida das populações tradicionais latino-americanas*, em mediação com a complexa compreensão do universo rural e urbano.

O litoral tem um significado geográfico específico, relacionado, em grande medida, à região em que há presença da brisa marítima, expressa na paisagem pela riqueza da vegetação arbórea em grande parte de sua extensão. A grande exceção está, no Brasil, na parte setentrional do Nordeste, região em que as correntes marítimas não conseguem adentrar o território com sua umidade, razão pela qual Manuel Correia de Andrade (1973), na descrição das condições naturais e diversificações regionais, aglutina o sertão ao litoral setentrional, na sua monumental

obra *A terra e o homem no Nordeste*, publicada originalmente em 1963.

O litoral, como toda região, conforme ensinaram vários autores, como Sandra Lencioni (1999), é fluido, bem como pode ser descontínuo (conforme pontuara Rogério Haesbaert, 1995, em sua análise da região dos gaúchos no Brasil), contendo paisagens como herança, tal qual fora compreendido por Aziz Ab'Sáber (2003, p. 9): “[...] herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades”.

Para além do parâmetro ambiental e paisagístico, o litoral, conforme ensina José Borzacchiello da Silva (2006), a partir de uma perspectiva histórico-sociológica para se chegar ao geográfico, é de onde partiam os colonizadores na conquista de terras desconhecidas, nas quais eram fundadas aglomerações extremamente dependentes do sítio localizado na borda marítima, o que define, então, que: “[...] Litoral e sertão iniciam o diálogo. Um interlocutor, o do litoral recém-chegado, dominador, se percebe cheio de direitos, portador de superioridade. O litoral é condição de existência do sertão [...]” (Silva, 2006, p. 45). Estabelece-se uma dicotomia entre litoral e sertão, com a elaboração de um rico imaginário de depreciação do universo conquistado. O sertão adquire a condição de barbárie, com a presença de “terra de homens rudes, brabos e violentos, de terra inóspita, avessa às regras da moral e dos bons costumes” (Silva, 2006, p. 45), em oposição à condição de civilizado que impregna de sentidos o litoral, sobretudo a aglomeração de que parte a colonização.

Colonização, diga-se de passagem, esta, sim, extremamente violenta, predatória, degradadora; é o que define a história da formação territorial brasileira, iniciada no longo século XVI, conforme discussão de Antonio Carlos Robert Moraes (2000).

No processo de colonização, marcado pela dualidade litoral-sertão, conforme aponta Candice Vidal e Souza (1997, p. 39), “[...] o litoral é espaço conhecido [...], enquanto o incógnito está adiante, lá, naqueles lugares-sertão [...]”. Dualidade construída no projeto de construção da nação:

“Desse campo narrativo [do pensamento social que qualifica o espaço físico e social da nação], emerge a representação do Brasil como lugar onde há sertão e litoral. O ensaio reconhece estas denominações como categorias articulantes do discurso construtor da nação. Como sendo, pois, classificações insistentemente utilizadas para comunicar a formação do Brasil e o sentido geral e permanente da nacionalidade que se processa. Sertão e seu contraponto litoral são, no uso sociográfico, recursos nominadores para caracteres percebidos na configuração do país”.

Pela compreensão de Candice Vidal e Souza, a dualidade é unidade, pois os dois termos se articulam no sentido da construção da nação, em sua formação territorial.

Ainda para complicar um pouco mais a dificuldade de compreensão dos termos, aqui capturados como categorias de análise, José Borzacchiello da Silva (2006) propôs a interpretação de Fortaleza como cidade sertaneja, ainda que uma das mais importantes, desde o período colonial, do litoral brasileiro, núcleo de importante

desenvolvimento industrial desde o final do século XIX e início do século XX.

Em sua compreensão, Silva recupera dilemas caracterizadores do urbano já discutidos densamente por Doralice Sátyro Maia (1994 e 2000), em que o rural pode estar na cidade, constituindo um movimento dialético de significados.

“[...] A metrópole sertaneja firmou-se. Nos últimos anos, contraditoriamente, ao permitir um processo de interiorização da indústria e de outras atividades, ampliou seu raio funcional ocupando papel de destaque na cena urbana brasileira. Capital do Ceará, quarta cidade do país em tamanho, centro turístico por excelência, Fortaleza fincou seu nome entre as grandes cidades. Um misto de novo e velho, de tradição e modernidade, de litoral e sertão está presente na cidade em várias manifestações de sua pujança urbana. À medida que se expande pelo interior, captura o sertão, o reproduz, lhe atribuindo novos significados. Fortaleza é metrópole, é cidade, é interior. Feiras, barracas de frutas, festas de São João, comidas típicas, sanfona, triângulo e muito forró estão presentes na cidade ao lado de centros culturais, polos industriais, centros digitais, entre outras inovações. A cidade consegue viver bem com suas funções dicotômicas. Metrópole e parque temático com reprodução da vida sertaneja. Vaquejadas, centros de tapioqueiras, casas de forró e tantas manifestações da vida do sertão confirmam Fortaleza como a metrópole sertaneja do litoral” (Silva, 2006, pp. 53-4).

A partir, então, da dualidade e dialética que envolvem litoral e sertão, entendidos

inclusive como unidade, litoral-sertão, por Vidal e Souza (1997), na perspectiva ambiental e cultural, ainda é possível encontrar especificidades no modo de vida de populações tradicionais litorâneas e sertanejas.

É o que se pode ver, por um lado, por exemplo, na perspectiva do sertão, em estudos como o de Eivaldo Fagundes Neves (2008) acerca da comunidade sertaneja de Alto Sertão da Bahia, bem como nas análises de inúmeros autores na coletânea organizada por João Batista de Almeida Costa e Cláudia Luz de Oliveira (2012) com foco em populações ribeirinhas ou não dos sertões rosianos.

Por outro, na perspectiva do litoral, a análise empreendida por Roberto Kant de Lima e Luciana Freitas Pereira (1997) sobre os conflitos, o ambiente e os rituais entre pescadores do litoral carioca; a discussão de José Geraldo Marques (2001) ao construir uma proposta metodológica etnoecológica no cruzamento de saberes com a integração da antropologia com a biologia; o debate de Marta Vannucci (2003), também de perspectiva antropobiológica, centrado no debate dos que vivem em relação com os manguezais; e a análise de Rosyan Campos de Caldas Britto (1999) sobre a construção de identidade social de pescadores do litoral carioca.

Inspirados em Diegues e Arruda (2001), como populações tradicionais litorâneas é possível identificar, ao menos algumas, a título de exemplo: caiçaras, jangadeiros, açorianos, pescadores, praieiros. Enquanto na perspectiva sertaneja podem ser incluídos caboclos, ribeirinhos, sertanejos, vaqueiros, caipiras, varjeiros, pantaneiros, campeiros, babaçueiros, sitiantes. Os

quilombolas, em geral, podem ser enquadrados na perspectiva sertaneja, ainda que existam comunidades litorâneas, como a do Mandira, no Vale do Ribeira paulista.

Para uma descrição, ainda que rápida, para recuperar traços do modo de vida, tomaremos três populações tradicionais: jangadeiros, caiçaras e quilombolas.

“Os jangadeiros são essencialmente pescadores marítimos que habitam a faixa costeira situada entre o Ceará e o sul da Bahia, pescando com jangadas. [...] Os jangadeiros utilizam as ‘jangadas de alto’ para pesca em alto-mar, ao passo que os paquetes e botes, pequenas jangadas, servem para a pesca costeira e estuarina. [...] Esses pescadores detêm um grande conhecimento da arte de navegação e identificação dos locais de pesca situados longe da costa pelo sistema de triangulação, por meio do qual, linhas imaginárias são traçadas a partir de acidentes geográficos situados no continente. Também os vários ambientes pesqueiros são definidos com base em determinadas características ecológicas e nomeados localmente como tassos, corubas, altos e rasos, segundo a profundidade em que se situam as rochas onde se pesca à linha. Os jangadeiros têm demonstrado um grande conhecimento da diversidade das espécies de pescado que capturam, conhecendo a sazonalidade, os hábitos migratórios e alimentares de um grande número de peixes, sobretudo os de fundo. As atividades em terra são menos importantes que a pesca para essas comunidades de pescadores marítimos. No entanto, extraem dos coqueiros uma fonte complementar de renda, realizando também, algumas vezes, roças de mandioca da

qual extraem a farinha. Essas comunidades de jangadeiros ainda são importantes em certas áreas, como o litoral do Ceará, onde pescam principalmente a lagosta, e a costa do Rio Grande do Norte, onde, além da lagosta, pescam outros peixes com a ajuda de redes” (Diegues & Arruda, 2001, pp. 46-7).

Os caiçaras são marcados pela mestiçagem entre os grupos étnicos indígenas, português e, em menor grau, de etnias africanas, constituindo-se, a partir do século XVI, com suas culturas, suas crenças e suas atividades de subsistência, em que a pesca artesanal e a agricultura representam papel fundamental na composição alimentar, baseada no peixe, na farinha e em algumas plantações, como a mandioca, o feijão, o arroz e o milho (Diegues & Arruda, 2001), além da existência da criação, sobretudo, de pequenos animais, como aves e suínos.

Já os quilombolas se constituíram a partir de uma ampla variedade de processos, em que se incluem as fugas com a ocupação de terras livres, em geral distantes das fazendas, bem como “[...] as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção” (Schmitt, Turatti & Carvalho, 2002, p. 3).

Estas e outras populações tradicionais, ainda que densamente mediadas pelo tempo cíclico da natureza, não fogem das influências do universo urbano, em que

construções simbólicas e buscas sociais tomam contornos e importâncias novas e insurgentes, tanto na reprodução material, quanto imaterial. As buscas por certas mercadorias são cada vez mais frequentes, como a do celular, só para dar um exemplo mais recente, bem como a de um trabalho com salário, tão próprio e caracterizador do mundo mediado pelo tempo linear, marcadamente urbano.

É necessário, assim, retomar a ideia inicial da diversidade de dimensões que aportam os conflitos por conta da diversidade ambiental, social, econômica, cultural e política do rural e do urbano, pois revelam a necessidade de uma agenda de pesquisa que dê conta de expressar a potencialidade da geografia em participar desta discussão, sobretudo por conta de categorias que lhe são tão caras, como a de escala, paisagem, lugar, território, cujos contornos, propriedades e potencialidades permitem vislumbrar discussões como: conflito rural-urbano em aglomerações pequenas, médias ou grandes; natureza nas cidades; gestão de conflitos em lógicas de apropriação rural e urbana; produção de alimentos em áreas urbanas: o caso das fazendas verticais etc. Valorizando principalmente a perspec-

tiva das populações tradicionais, ainda se podem inserir outros temas: saberes e discursos das populações tradicionais, na América Latina, em relação à agricultura e à saúde; apropriação e luta pela terra em comunidades tradicionais brasileiras; símbolos, valores e tradições em populações tradicionais: mediações entre natureza e cultura; permanências e transformações no universo caipira das populações tradicionais; estudos comparados de modo de vida de populações latino-americanas e africanas.

Neste percurso, não seria desnecessário dialogar com os debates já bastante aprofundados na Europa sobre “*mixité urbaine*”, circuito curto, desperdício, em que são possíveis interações entre o econômico, o político, o cultural, o ambiental e o social; cujos imbricamentos apontam para as possibilidades analíticas perseguidas nesta discussão.

Ainda nessa trilha, a fim de contribuir para a compreensão e nas ações possíveis, a interdisciplinaridade tem extremo significado, como possibilidade de aprofundar a leitura dos processos e a abrangência e significado das políticas construídas a partir das análises feitas.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo, Ateliê, 2003.
- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. 3ª ed. revista e atualizada. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, M. C. de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. 5ª ed. São Paulo, Ática, 1987.
- BERNARDES, J. A. "A dinâmica do agronegócio no cerrado mato-grossense: problemas e desafios". *Intergeo*, v. 3, n. 3, 2003, pp. 33-46.
- BERNARDES, J. A. "Adão. A dinâmica do capital no complexo da soja". *Revista Coletâneas do Nosso Tempo*, n. 3, 1998, pp.159-77.
- BERNARDES, J. A. "Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso". *Terra Livre*, v. 21, 2004, pp.157-67.
- BESSE, J.-M.; BLAIS, H.; SURUN, I. (orgs.). *Naissances de la géographie moderne (1760-1860)*. Lyon, ENS, 2010.
- BRITTO, R. C. de C. *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ)*. Niterói, UFF, 1999.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 5ª ed. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía*. 1ª ed. ampliada. Barcelona, Ediciones del Serbal, 2012.
- CLAVAL, P. *Géographie culturelle: une nouvelle approche des sociétés et des milieux*. Paris, Armand Colin, 2003.
- CLAVAL, P. *Géographies et geógrafes*. Paris, L'Harmattan, 2007 (com a colaboração de Josefina Gómez-Mendoza e Maria Encarnação Beltrão Sposito).
- CLAVAL, P. *Histoire de la géographie française de 1870 à nos jours*. Paris, Nathan, 1998.
- COSTA, J. B. de A. C.; OLIVEIRA, C. L. de (orgs.). *Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões rosianos*. São Paulo/Belo Horizonte/Montes Claros, Intermeios/Fapemig/Unimontes, 2012.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil (Nupaub), 2001.
- DINIZ, J. A. F. *Geografia da agricultura*. São Paulo, Difel, 1984.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- FERNANDES, B. M. *MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra): formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- GEORGE, P. et al. *A geografia ativa*. Trad. Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson de La Côte e Vincenzo Bochicchio. 5ª ed. São Paulo, Difel, 1980.
- HAESBAERT, R. *Gaúchos no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade*. Tese de doutorado em Geografia. São Paulo, FFLCH/USP, 1995.
- HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (orgs.). *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

- JAS, N. *Au carrefour de la chimie et de l'agriculture: les sciences agronomiques en France et en Allemagne, 1840-1914*. Paris, Éditions des Archives Contemporaines, 2013.
- LA BLACHE, P. V. de. "Os gêneros de vida na geografia humana", in R. Haesbaert; S. N. Pereira; G. Ribeiro (orgs.). *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012, pp.159-81.
- LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. 4ª ed. Barcelona, Península, 1978.
- LENCIONI, S. *Região e geografia*. São Paulo, Edusp, 1999.
- LIMA, R. K. de; FERREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, UFF, 1997.
- MAIA, D. S. "O campo na cidade: necessidade e desejo: um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB". Dissertação de mestrado em Geografia. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.
- MAIA, D. S. "Tempos lentos na cidade; permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB". Tese de doutorado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- MARIN, R. E. A. *Julgados da terra: cadeia de apropriação e atores sociais em conflito na ilha de Colares, Pará*. Belém, UFPA, 2004.
- MARQUES, J. G. W. *Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica*. 2ª ed. São Paulo, Nupaub, 2001.
- MARQUES, M. I. M. "Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB". Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH/USP, 1994.
- MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- MARTINS, J. de S. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975.
- MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo, Unesp, 2010.
- MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. 9ª ed. São Paulo, Hucitec, 1990.
- NAGIB, G. *Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH/USP, 2016.
- NAGIB, G. *O espaço da agricultura urbana como ativismo: alternativas e contradições em Paris e São Paulo*. Tese de doutorado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH/USP, 2020.
- NEVES, E. F. *Uma comunidade sertaneja da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local*. 2ª ed. rev. e ampl. Salvador/Feira de Santana, UFBA/UEFS, 2008.
- OLIVEIRA, A. U. de. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo, Iánde, 2016.

- OLIVEIRA, A. U. de. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo, Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo, FFLCH/Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Terras de estrangeiros no Brasil*. São Paulo, Iánde, 2018.
- PANIAGUA, Á. "Geografía rural", in D. Hiernaux; A. Lindón. *Tratado de geografía humana*. Barcelona/México, Anthropos/Unan, 2006.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo, Duas Cidades, 1973a.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *Cultura, sociedade rural e sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos/USP, 1978.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *O campesinato brasileiro; ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, Vozes/USP, 1973b.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo, Dominus/USP, 1966.
- QUEIROZ, R. da S. *Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 2006.
- ROSSINI, R. E. *Contribuição ao estudo do êxodo rural do estado de São Paulo*. Tese de doutorado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH/USP, 1975.
- ROSSINI, R. E. "Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista". Tese de livre-docência em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.
- ROSSINI, R. E. "Serra Azul: o homem e a cidade". Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH/USP, 1971.
- RUA, J. "A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica". *Revista da ANPEGE*, v. 1, n. 1, 2005, pp. 45-66.
- RUA, J. "Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades". *Campo-Território*, v. 1, n. 1, 2006, pp. 82-106.
- SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. Trad. S. Lencioni. São Paulo, Hucitec, 1991.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. "A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas". *Ambiente e sociedade*, ano V, n. 10, 2002, pp. 1-10.
- SILVA, J. B. "Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral", in J. B. Silva et al. (orgs.). *Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro*. Fortaleza, Expressão Gráfica, 2006, pp. 45-54.
- SILVA, J. G. da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SILVA, J. G. da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- SUZUKI, J. C. "De povoado a cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis". Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH/USP, 1996.
- SUZUKI, J. C. "Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras". *Espaço & Geografia*, v. 16, n. 2, 2013, pp. 627-40.
- THÉRY, H. et al. *Atlas do trabalho escravo no Brasil*. São Paulo, Amigos da Terra Amazônia Brasileira, 2012.

- THOMAZ JÚNIOR, A. "Dinâmica territorial do agro-hidronegócio e os desdobramentos para o trabalho". *Okara: Geografia em Debate*, v. 6, n. 1, 2012, pp. 7-31.
- THOMAZ JÚNIOR, A. "O agro-hidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI". *Revista Campo-Território*, v. 5, n. 10, ago./2010, pp. 92-122.
- THOMAZ JÚNIOR, A. "Trabalho e saúde no ambiente destrutivo do agro-hidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) – Brasil". *Revista Pegada*, v. 15, n. 2, 2014, pp. 4-18.
- VANNUCCI, M. *Os manguezais e nós: uma síntese de percepções*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo, Edusp, 2002.
- VIDAL E SOUZA, C. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. 1ª ed. Goiânia, UFG, 1997.